

HABEAS CORPUS Nº 548.777 - SP (2019/0357706-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARCO CHRISTIANO CHIBEBE WALLER - SP282172
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS EDUARDO DE MATOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **CARLOS EDUARDO DE MATOS**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, bem como ao pagamento de 500 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Inconformada, a defesa interpôs apelação perante a Corte de origem, que negou provimento ao recurso.

Nesta Corte, a impetrante sustenta, em síntese, que deve ser aplicada a fração de redução prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas em seu grau máximo, tendo em vista a primariedade e os bons antecedentes do paciente.

Aduz, ainda, ilegalidade quanto à fixação do regime inicial fechado.

Ao final, requer a concessão de liminar a fim de que o paciente aguarde o julgamento deste *writ* em regime aberto.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na hipótese, tenho que se encontram presentes as circunstâncias autorizadoras para o deferimento da tutela de urgência reclamada.

Com efeito, o paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, bem como ao pagamento de 500 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.11.343/2006, em decisão assim motivada:

"A pena privativa de liberdade aplicada será cumprida inicialmente em regime FECHADO, a teor do disposto no artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, com a nova redação que lhe deu a Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007, bem como pelo disposto no artigo 33, § 3º, do Código Penal, em razão das circunstâncias particulares do caso em concreto, demonstrando que a fixação de qualquer outro regime seria insuficiente para prevenir e reprimir a conduta praticada." (e-STJ, fl. 24)

Superior Tribunal de Justiça

O Tribunal local manteve o regime mais grave nos seguintes termos:

"Diante da gravidade concreta do crime, o regime inicial fechado é o único que se mostra adequado, nos termos do artigo 33, § 2º, alínea 'b', e § 3º do Código Penal, assim bem fixado pelo douto Magistrado *a quo*.

Ademais, referido regime é de suma importância para a prevenção e a repressão do crime de tráfico de drogas em nosso país, o qual vem assumindo uma proporção sem precedentes, além de merecer a conduta do acusado maior repressão por parte do Estado." (e-STJ, fl. 58)

Como se vê, as instâncias ordinárias fixaram o regime inicial fechado com base fundamentos genéricos, amparados na hediondez e na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas, o que constitui fundamento inidôneo, segundo reiterada jurisprudência dos Tribunais Superiores, consolidada nas Súmulas 440 do STJ, 718 e 719 do STF.

Com efeito, estabelecida a pena definitiva em 5 anos de reclusão, sendo primário o agente e favoráveis as circunstâncias judiciais (e-STJ, fls. 24-25), o regime semiaberto é o adequado à prevenção e a reparação do delito, nos termos do art. 33 do Código Penal c/c o art. 42 da Lei de Drogas. Nesse sentido: HC 339.471/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 25/11/2015, HC 320.015/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 15/09/2015 e HC 239.685/MG, Rel. Min. MARILZA MAYNARD - Desembargadora convocada do TJ/SE, Sexta Turma, DJe 19/12/2013, dentre outros.

Nesse contexto, é forçoso concluir que a pretensão do impetrante reveste-se de fumaça do bom direito com densidade suficiente a autorizar a concessão da liminar postulada.

Ante o exposto, **defiro a liminar** para que o paciente aguarde no regime semiaberto o julgamento definitivo deste *habeas corpus*, salvo, evidentemente, se por outro motivo estiver preso.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo da 14ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo - SP.

Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator